

GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL 2013 A 2016

Rafaela Campos Sardinha ^I

Marcelo Lopes de Souza ^{II}

<http://dx.doi.org/10.24109/9786581041076.ceppe.v2a6>

RESUMO

Apresenta os resultados dos indicadores de gasto público em educação e educação pública entre 2013 e 2016, produzidos no contexto do Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018, publicado pelo Inep. Os resultados são preliminares e não oficiais, devido a uma das fontes de dados ser distinta da utilizada pelo instituto. No artigo, os dados dos estados e DF são provenientes do Finbra, enquanto a metodologia oficial do Inep extraiu os dados do Siope. Os resultados revelam o crescimento do indicador de gasto público em educação pública proporcional ao PIB em 0,2 p.p. e a elevação em 0,5 p.p. do gasto público em educação proporcional ao PIB no período. Em termos reais, embora o gasto público em educação tenha crescido 2,4%, o gasto público em educação pública apresentou queda de 0,4%.

Palavras-chave: despesas públicas com educação; indicadores; Plano Nacional de Educação; educação escolar pública.

^I Rafaela Campos Sardinha é doutoranda e mestre em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

^{II} Marcelo Lopes de Souza é mestre em economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, foi organizado em 20 metas a serem atingidas ao final do decênio. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) foi convocado por essa lei a publicar, bianualmente, estudos para aferir o cumprimento das metas do plano (Brasil, 2014, art. 5º), o que tem se concretizado por meio da produção de relatórios institucionais. O Inep tem produzido também estudos complementares, como os da *Série PNE em Movimento* e dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, para elucidar aspectos metodológicos sobre indicadores educacionais, assim como para discutir a evolução das metas do plano e das políticas públicas relacionadas.

O artigo apresenta a análise descritiva dos resultados encontrados para os indicadores de gasto público em educação pública e do gasto público em educação para a série histórica de 2013 a 2016.

Foram utilizadas fontes diferentes para a obtenção dos gastos estaduais em educação em relação aos indicadores oficiais produzidos no contexto do Relatório do 2º ciclo de Monitoramento das metas do PNE – 2018. As análises estão apoiadas nos dados de despesas da União obtidos do Siafi, dos estados e DF, provenientes do Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios (Finbra) e dos municípios, com informações do Siope; por sua vez, a metodologia oficial utilizada pelo Inep extrai do Siope os dados dos estados e DF. A estratégia de utilização dos dados estaduais levantados com base no Finbra foi utilizada, no entanto, como alternativa para a publicação de informações sobre despesas em educação, enquanto, no Inep, o tratamento e a validação dos dados da base do Siope ocorre para fins de monitoramento do plano. A vantagem desta opção foi a obtenção mais tempestiva de dados de despesas educacionais estaduais, e a principal desvantagem foi a impossibilidade de desagregação dos dados do Finbra por natureza de despesa, o que permitiria avaliar, por exemplo, o acréscimo ou decréscimo de gastos de investimentos e a proporção dos gastos diretos e das transferências, ou até verificar os gastos específicos com pagamento de pessoal. Neste caso, também não é possível contabilizar e excluir dos gastos educacionais os gastos dos estados e DF com pessoal inativo, procedimento adotado no referido relatório de monitoramento do PNE. Tendo em vista as limitações da base de dados utilizada, considerou-se que a divulgação deste estudo tem caráter preliminar e não oficial.

O estudo objetiva comparar os gastos educacionais exclusivamente públicos do país com os gastos em educação que incluem os recursos dispendidos no setor privado, entre 2013 a 2016 – período que marca a recessão econômica no país. Segundo Cacciamali e Tatei (2016, p. 112), os “primeiros indícios de recessão econômica surgiram em 2014, mas é apenas no ano seguinte que os impactos negativos sobre o mercado de trabalho se aprofundaram”. Os autores ilustram os efeitos da recessão econômica no mercado de trabalho com dados oficiais: “A Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios Contínua indica que a taxa de desocupação passou de 7,9% no primeiro trimestre de 2015 para 10,9% no primeiro trimestre de 2016” (Cacciamali; Tatei, 2016, p. 113). Pretende-se, portanto, mostrar o cenário dos gastos na pasta sob o efeito da citada crise, captando o movimento anterior à política de contingenciamento orçamentário aprovada pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

Essa emenda tem sido apontada como um gargalo futuro à expansão dos gastos educacionais (Tanno, 2016), propugnada no Plano Nacional de Educação aprovado em 2014. Conhecida como “Novo Regime Fiscal”, a emenda congela o gasto primário do governo federal no valor dispendido no exercício de 2017, fixando os gastos dos próximos exercícios a essa quantia pelos próximos 20 anos – apenas corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com a previsão de um cenário de expansão econômica próximo, mesmo que tímido, é possível que o país não atinja o percentual de gastos em educação, vinculado constitucionalmente, de 18% dos impostos e transferências arrecadados. Na prática, possibilitou a desvinculação do financiamento da educação em relação à receita de impostos e às transferências arrecadadas. A medida aprovada no Congresso Nacional para o congelamento dos gastos primários da União foi seguida por normativas de quatro estados que adotaram semelhante modelo de ajuste fiscal,¹ segundo Bassi (2018), e poderá comprometer o regime federativo. O autor afirma que “os novos regimes fiscais, ao deslocarem o financiamento da arrecadação líquida, rompem com essa referência comum, desnortando os desembolsos e, conseqüentemente, a cooperação federativa” (Bassi, 2018, p. 22).

Expomos aqui um panorama dos gastos efetivos em educação no país até 2016, o que trará subsídios para a comparação com os exercícios posteriores à política de austeridade implementada pelo Novo Regime Fiscal.

Além dessa breve introdução, há uma seção de metodologia e fonte de dados, que remete diretamente a duas publicações recentes do Inep: o *Relatório do 2º ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018* e o primeiro volume dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*. Em seguida, são mostrados os resultados: 1) dos indicadores de gastos públicos em educação de 2013 a 2016; 2) sua desagregação por ente da Federação (União, total de gastos dos estados e DF e total de gastos dos municípios); 3) a variação dos gastos a preços constantes entre os anos da série; e 4) a comparação entre as diferentes aplicações dos recursos públicos no setor privado nesses quatro anos.

¹ Após a aprovação da EC nº 95/2016, os Estados de Goiás, Mato Grosso, Piauí e Ceará adotaram modelos de ajuste fiscal com diferentes estratégias, analisadas por Bassi (2018).

1 METODOLOGIA E BASES DE DADOS UTILIZADAS

A metodologia utilizada na produção do estudo está explícita com detalhes no *Relatório do 2º ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018*, em sua meta 20 e respectiva ficha técnica, e no artigo “Discussão teórico-metodológica para a produção de indicadores de gastos públicos em educação para o monitoramento do Plano Nacional de Educação”, publicado no volume 1 dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*. Trata-se do levantamento dos gastos educacionais definidos no PNE, com base nas fontes de dados oficiais, e da seleção dos gastos considerados educacionais.

Segundo o estudo, os gastos educacionais contabilizados foram: 1) os gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino (arts. 70 e 71 da LDB); 2) gastos nos programas de alimentação e saúde nas escolas (art. 208 da CF/88); e 3) gastos públicos na educação privada relacionados no §4º do art. 5º da lei do PNE. O indicador de gastos públicos em educação calculado neste trabalho compreende todas as despesas elencadas na legislação citada – ou seja, os gastos em educação pública (art. 212 da Constituição Federal de 1988), além de um conjunto de gastos públicos no setor privado definido neste parágrafo do PNE:

O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal (Brasil, 2014, art. 5º).

Outrossim, os gastos públicos em educação pública referem-se diretamente aos gastos que ocorrem nas instituições criadas e mantidas pelo poder público (art. 19 da Lei nº 9.394/1996) e que foram mensurados para a aferição da meta 20 do PNE.²

A diferença principal entre os referidos trabalhos e este reside na alteração da fonte de dados para calcular as despesas educacionais dos estados e DF: enquanto os primeiros utilizam o Siope, este se vale do Finbra. Isso impacta na ausência de sensibilidade dos filtros produzidos para a exclusão de despesas não educacionais para os estados e DF. Enquanto, por meio do Siope, há informação suficiente para serem excluídas todas as despesas não educacionais (como os gastos previdenciários),

² “Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio” (Brasil, 2014).

o Finbra não permite a produção de filtros que delimitam especificamente os gastos na pasta, sejam eles:

- 1) de exclusão das subfunções que não dizem respeito ao setor educacional;³
- 2) de exclusão dos grupos de despesa com encargos, juros e amortização da dívida;
- 3) de exclusão de elementos de despesa previdenciários e da concessão de empréstimos;
- 4) de identificação e distinção, nos indicadores, das transferências ao setor privado.

Tendo em vista esse conjunto de diferenças no tratamento aplicado aos dados estaduais, os resultados constantes neste trabalho representam uma aproximação aos indicadores de gastos públicos em educação, mas não possuem caráter oficial.

O Quadro 1 apresenta as fontes de dados utilizadas para a produção dos indicadores de gastos públicos em educação pública e as fontes complementares para a totalização dos gastos públicos em educação no PNE.

QUADRO 1

FONTES UTILIZADAS PARA A CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES DE GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E DE GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

(continua)

Componentes dos Gastos Públicos em Educação Pública	Sistema / Documento	Instituição Responsável
Aplicações diretas e transferências do governo federal	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Aplicações diretas e transferências dos governos estaduais, do DF e municípios	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope)	Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE)
Dados faltantes no Siope de municípios	Finanças do Brasil (Finbra) – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)	Secretaria do Tesouro Nacional
Aplicações diretas e transferências dos governos estaduais e do DF	Finanças do Brasil (Finbra) – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)	Secretaria do Tesouro Nacional

³ Quando as subfunções não educacionais são voltadas à administração da pasta, são contabilizadas nos indicadores de gastos públicos em educação. Quando apenas tangenciam a educação, como as subfunções de lazer e desporto comunitário, são excluídas do indicador. Para mais informações, ver Boff e Oliveira (2018).

QUADRO 1

FONTES UTILIZADAS PARA A CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES DE GASTOS PÚBLICOS
EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E DE GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

(conclusão)

Componentes dos Gastos Públicos em Educação Pública	Sistema / Documento	Instituição Responsável
PIB – Valores correntes	Sistema de Contas Nacionais (SCN) – Tabela 5 – Componentes do Produto Interno Bruto sob as três óticas, valores correntes e constantes e variação de volume, preço e valor	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Componentes adicionais dos Gastos Públicos em Educação	Documento	Instituição Responsável
Gastos tributários do Proni, das Entidades Sem Fins Lucrativos (Educação) e das Entidades Sem Fins Lucrativos (Filantrópicas) da Educação	<i>Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas – 2015. Série 2013 a 2018</i>	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
Subsídio implícito do Fies	<i>Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios – 2016</i>	Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), Ministério da Fazenda (MF)
Gastos educacionais provenientes de Receitas Parafiscais do Senai, Senac, Sesc e Sesi	Planilhas de acompanhamento dos acordos de gratuidade com o Senai, Senac, Sesc e Sesi	Ministério da Educação (MEC)

Fonte: Adaptado do *Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018* (Brasil, Inep, 2018).

Nota: Os Gastos Públicos em Educação compreendem os Gastos Públicos em Educação Pública.

2 RESULTADOS

Os resultados apresentados na Tabela 1 correspondem aos gastos públicos de bilhões de reais em educação pública, com valores corrigidos a preços de 2016, proporcionais ao Produto Interno Bruto (PIB). A análise dos gastos públicos em educação da União, estados e DF, em termos absolutos, mostra que esses entes começaram uma trajetória de queda em 2015. Em termos relativos, porém, o indicador de gasto público em educação pública, nesse ano, cresceu 0,1 ponto percentual (p.p.) proporcional ao PIB, em relação ao exercício anterior, devido ao crescimento de 2,8% nos gastos municipais. No ano seguinte, a queda das despesas na área, em termos absolutos na

União, estados e DF e municípios, não impactou o indicador desses gastos em relação ao PIB, que se manteve no patamar de 5,0%. Tal fato pode ser explicado pela queda maior da atividade econômica do país no período de crise, expressa pela variação do PIB, do que pela redução ocorrida nas despesas educacionais.

TABELA 1
GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA – ENTES DA FEDERAÇÃO
EM BILHÕES DE REAIS (BI R\$) CONSTANTES (2016) E EM PROPORÇÃO AO PIB

Ente federado	2013		2014		2015		2016	
	bi R\$	% do PIB						
União	83,4	1,3%	91,0	1,3%	87,1	1,3%	86,5	1,4%
Estados e DF	108,0	1,6%	111,8	1,6%	108,1	1,6%	100,1	1,6%
Municípios	125,8	1,9%	133,6	2,0%	137,3	2,1%	129,3	2,1%
Total	317,2	4,8%	336,4	4,9%	332,6	5,0%	315,9	5,0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do PIB (IBGE, 2016); Siafi/STN (Brasil. Ministério da Fazenda, [s.d.]); Siopre (Brasil. FNDE, [s.d.]); Finbra/Siconfi (Brasil. Ministério da Fazenda, 2016).

Notas: 1) Valores corrigidos pelo IPCA/IBGE a preços de 2016.

2) Os gastos do governo federal, dos governos estaduais e do DF e dos governos municipais já estão deduzidos das transferências que não correspondem aos seus esforços fiscais. Também foram deduzidos eventuais gastos não educacionais.

Na Tabela 2, estão relacionados os gastos públicos em educação (que incluem as aplicações no setor público e no setor privado definido no PNE) em bilhões de reais constantes, com valores corrigidos a preços de 2016, e em proporção ao PIB. Nota-se que a União teve aumento nesses gastos entre 2013 e 2014, queda entre 2014 e 2015 e discreto aumento real de 2015 pra 2016. Quanto aos estados e DF, a trajetória de queda dos gastos se inicia de 2014 para 2015 – embora não seja possível diferenciar recursos aplicados no setor público dos dispendidos no setor privado, pois a base de dados utilizada (Finbra) não fornece esta informação. Em termos relativos, o indicador de gastos públicos em educação dos estados e DF, em proporção ao PIB, permanece estável em 1,6% ao longo de toda a série. Os municípios ainda tiveram aumento real dos gastos públicos em educação de 3,7% entre 2014 e 2015; a queda de quase 6% só ocorre entre 2015 e 2016. Assim, em 2016, os gastos públicos em educação representavam 5,6% do PIB (aumento de 0,5 p.p. em relação a 2013), enquanto os recursos aplicados exclusivamente na educação pública, constantes na Tabela 1, representavam 5,0% do PIB (crescimento de 0,2 p.p. no mesmo período).

TABELA 2
GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO (2013-2016) – ENTES DA FEDERAÇÃO E ENTIDADES PARAFISCAIS – EM BILHÕES DE REAIS (BI R\$) CONSTANTES (2016) E EM PROPORÇÃO AO PIB

Ente federado	2013		2014		2015		2016	
	bi R\$	% do PIB						
União	96,2	1,4%	106,3	1,6%	105,3	1,6%	107,9	1,7%
Estados e DF	108,0	1,6%	111,8	1,6%	108,1	1,6%	100,1	1,6%
Municípios	127,2	1,9%	135,4	2,0%	140,4	2,1%	132,4	2,1%
Entidades parafiscais	8,2	0,1%	9,0	0,1%	9,3	0,1%	7,6	0,1%
Total	339,6	5,1%	362,5	5,3%	363,1	5,5%	347,9	5,6%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do PIB (IBGE, 2016); Siafi/STN (Brasil. Ministério da Fazenda, [s.d.]); Siopre (Brasil. FNDE, [s.d.]); Finbra/Siconfi (Brasil. Ministério da Fazenda, 2016); Demonstrativo dos Gastos Tributários: bases efetivas (Brasil. Receita Federal, 2018); Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios – 2016 (Brasil. Ministério da Fazenda, 2017); Acompanhamento dos Acordos de Gratuidade com o sistema S³ (Senac, 2017; Senai, 2016; Sesi, 2017; Sesc, 2016).

Notas: 1) Valores corrigidos pelo IPCA/IBGE a preços de 2016.

2) Os gastos de cada um dos entes já estão deduzidos das transferências que não correspondem aos seus esforços fiscais. Também foram deduzidos eventuais gastos não educacionais.

O Gráfico 1 sintetiza o resultado dos dois indicadores analisados na série histórica de 2013 a 2016 e a variação anual no período. Entre 2013 e 2014, ocorreu aumento dos gastos públicos em educação pública de 6,1% e de 6,8% dos gastos públicos em educação de forma geral. Em 2015, os gastos públicos em educação pública foram 1,1% menores do que no exercício anterior, enquanto os gastos públicos em educação foram 0,1% maiores – o que indica um avanço dos gastos públicos no setor privado, mesmo em um exercício no qual houve recuo das despesas educacionais no setor público. Em 2016, houve retração em ambos indicadores em relação a 2015; os gastos públicos em educação pública seguiram tendo maior queda, de 5,0%, e os gastos públicos em educação, queda de 4,2%.

⁴ Relatórios de acompanhamento obtidos junto à Setec/MEC.

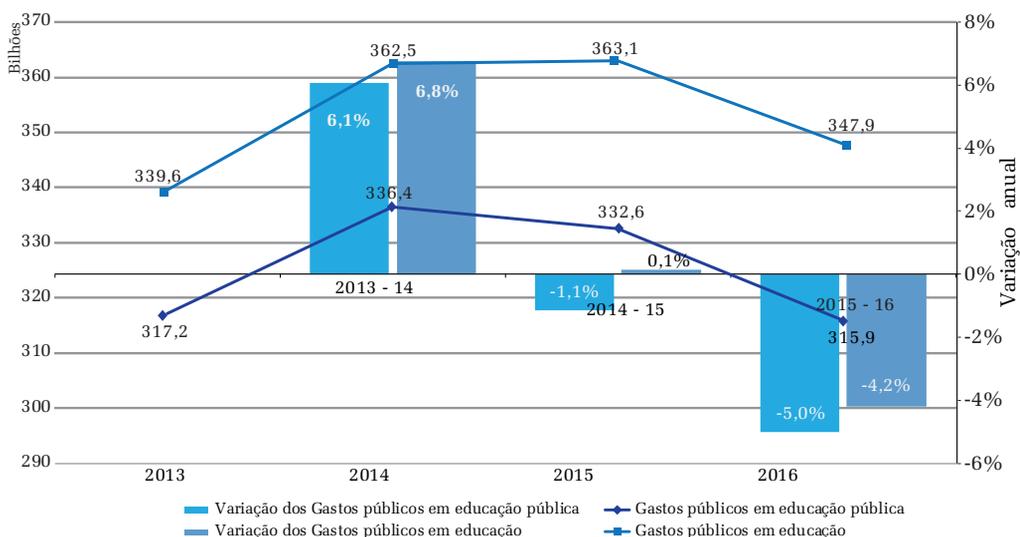


GRÁFICO 1

GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO E GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA – 2013 A 2016 – EM BILHÕES DE REAIS (BI R\$) CONSTANTES (2016) E VARIAÇÃO ANUAL (%)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do PIB (IBGE, 2016); Siafi/STN (Brasil. Ministério da Fazenda, [s.d.]); Siope (Brasil. FNDE, [s.d.]); Finbra/Siconfi (Brasil. Ministério da Fazenda, 2016); Demonstrativo dos Gastos Tributários (Brasil. Receita Federal, 2018); Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios (Brasil. Ministério da Fazenda, 2017); Acompanhamento dos Acordos de Gratuidade com o sistema S⁵ (Senac, 2017; Senai, 2016; Sesi, 2017; Sesc, 2016).

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA/IBGE a preços de 2016.

Em suma, o período de 2013 a 2016 foi de retrocesso para os gastos públicos em educação pública, pois se constatou o decréscimo, em termos reais, de 0,4% nesses gastos. No mesmo período, porém, o indicador implícito de gastos públicos no setor privado teve expressivo aumento: em termos reais, seu crescimento foi de 42,6%.

O Gráfico 2 apresenta os principais gastos públicos em educação privada no período de 2013 a 2016. Os gastos tributários apresentaram queda no período de 3,6%. Entre 2013 e 2016, as entidades do sistema S analisadas tiveram a redução de 7,5% em suas despesas educacionais com gratuidade. Ao analisar a variação ano a ano na série, constatou-se que essas entidades tiveram ampliação de seus gastos em 9,9% entre 2013 e 2014 e de 3,1% entre 2014 e 2015. A queda dos gastos reais em gratuidade educacional nessas instituições, de 18,4%, ocorreu entre 2015 e 2016. Os resultados de maior destaque na série são os de aumento dos subsídios implícitos do Fies: de 55,2%, de 2015 para 2016, e de 1.451,7% entre 2013 e 2016. Assim, verificou-se a ampliação dessa política mesmo em um período de crise e de retração nos gastos educacionais.

⁵ Relatórios de acompanhamento obtidos junto à Setec/MEC.

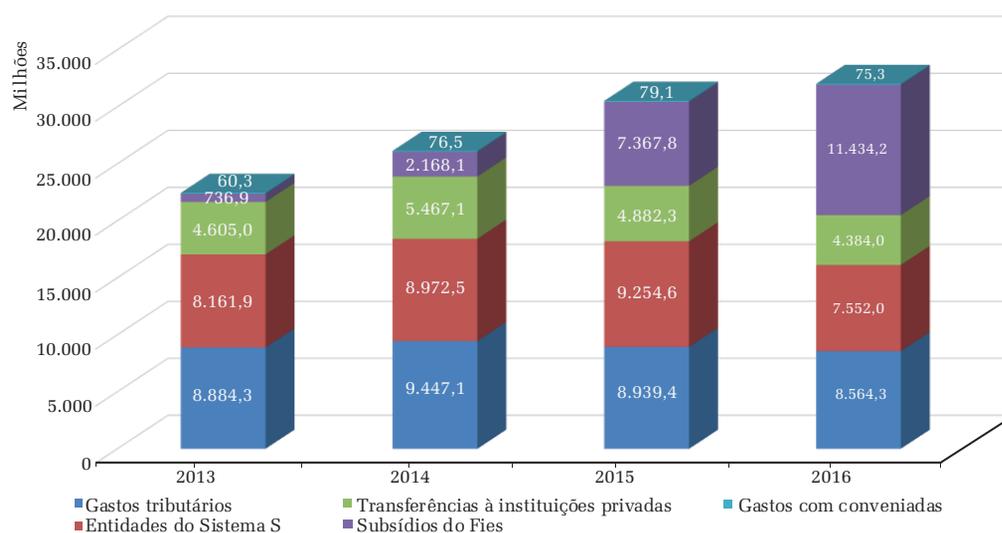


GRÁFICO 2

GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO PRIVADA (2013-2016) – EM BILHÕES DE REAIS (BI R\$) CONSTANTES (2016)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Demonstrativos dos Gastos Tributários (Brasil. Receita Federal, 2018); Demonstrativo de Benefícios Financeiros e creditícios (Brasil. Ministério da Fazenda, 2017); Acompanhamento dos Acordos de Gratuidade com o sistema S⁶ (Senac, 2017; Senai, 2016; Sesi, 2017; Sesc, 2016).

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA/IBGE a preços de 2016.

CONCLUSÕES

No período analisado neste trabalho, os indicadores de gastos educacionais tiveram aumento, em termos reais, de 6,1% (educação pública) e 6,8% (educação de forma geral) entre 2013 e 2014. De 2014 a 2015, os gastos em educação pública iniciaram a trajetória de queda (redução de 1,1%). Em 2016, ambos indicadores tiveram queda: os gastos públicos em educação pública foram reduzidos em 5,0% e os gastos públicos em educação sofreram redução de 4,2%. Isso ocorreu devido à redução em termos absolutos dos gastos públicos em educação pública, em 2016, na União e nos entes subnacionais. Quanto aos gastos públicos em educação, o fator explicativo para a redução de seu indicador foi a queda de gastos na pasta dos entes subnacionais, pois a União ampliou seus gastos públicos no setor privado. Em suma, o decréscimo de 0,4% das despesas educacionais no setor público foi acompanhado do aumento de 42,6% nos gastos da pasta no setor privado, em termos reais, entre 2013 e 2016.

Por meio da investigação desagregada dos gastos no setor privado, identificou-se que o aumento nos gastos educacionais ocorreu, particularmente, na ampliação dos

⁶ Relatórios de acompanhamento obtidos junto à Setec/MEC.

subsídios implícitos do Fies (aumento de 55,2% de 2015 para 2016), ou seja, do custo estatal mínimo para o governo oferecer crédito a juros baixos aos beneficiários do programa.

Apesar do declínio dos gastos educacionais em educação pública em termos absolutos, quando vistos em termos de despesas em proporção ao PIB, esses gastos tiveram um ligeiro aumento: em 2016, os gastos públicos em educação eram 5,6% do PIB, um aumento de 0,5 p.p. em relação a 2013, enquanto os gastos em educação pública eram de 5,0% do PIB em 2016, o que representou crescimento de 0,2 p.p. no período.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, J.; FERNANDES, M. A. C. *Sistema de Informações sobre os Gastos Públicos da Área de Educação (SIGPE): diagnóstico para 1995*. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para Discussão, n. 674).

BASSI, C. M. *Implicações dos novos regimes fiscais no financiamento da educação pública*. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2407).

BOF, A. M.; OLIVEIRA, A. S. (Org.). *Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais*. Brasília: Inep, 2018. v. 1.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Seção 1, p. 2745.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Siope*: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. [s.d.]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/siope>. Acesso em: 4 out. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Siafi*: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi>>. Acesso em: 4 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Siconfi*: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro: contas anuais: despesas por função. 2016. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 4 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Demonstrativo de benefícios financeiros e creditícios – 2016*. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG). *Manual técnico de orçamento: MTO 2017*. Brasília, 2017.

BRASIL. Receita Federal. *Demonstrativo dos gastos tributários: bases efetivas – 2015: série 2013 a 2018*. Brasília, 2018.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 103-121, maio/ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema de Contas Nacionais (SCN): tabela 5 - componentes do Produto Interno Bruto sob as três óticas, valores correntes e constantes e variação de volume, preço e valor - 2010-2016*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 21 maio 2019.

MACIEL, W. K. dos S. *Metodologia para o cálculo do indicador “investimento público em educação em relação ao PIB” de 2000 a 2010*. Brasília: Inep, 2012. (Textos para Discussão, n. 34).

MENDLOVITZ, M. *Análise dos efeitos da PEC nº 241 sobre a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. (Estudo Técnico, n. 11).

NASCIMENTO, P. A. M. M.; LONGO, G. F. Qual o custo implícito do Fies para o contribuinte brasileiro? *Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, Brasília, v. 46, p. 13-21, ago. 2016.

PEREIRA, J. V.; AMORIM, R. de F. Dinheiro público, oferta privada: a dinâmica do financiamento e da oferta de educação profissional no Sistema S. *Fineduca: Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 1-14, 2015.

SARDINHA, R. C.; SOUZA, M. L. Discussão teórico-metodológica para a produção de indicadores de gastos públicos em educação para o monitoramento do Plano Nacional de Educação. In: BOF, A. M.; OLIVEIRA, A. S. (Org.). *Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais*. Brasília: Inep, 2018. p. 335-376. v. 1.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (Senac). *Acompanhamento do acordo de gratuidade do Serviço de Aprendizagem Comercial - Senac 2015 e 2016: resposta ao ofício 48/2017/CGRI/DIR/Setec/Setec-MEC*. Rio de Janeiro: SENAC-DN, 2017.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (Senai). *Relatório de acompanhamento da gratuidade SENAI/MEC Consolidação Nacional – 2015: Diret/Unigest*. 2016.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (Sesi). *Relatório de acompanhamento da gratuidade SESI/MEC: resposta ao ofício MEG n° 50/2017/GGRI/DIR/SETEC/SETEC-MEC: Diret /Unigest*. 2017.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (Sesc). *Relatório de acompanhamento do Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) SESC/MEC - Consolidação Nacional – 2015: resposta ao ofício n° 15/2016/DIR/SETEC/SETEC-MEC*. 2016.

TANNO, C. R. PNE 2014-2024: critérios de apuração dos investimentos públicos em educação e transferências ao setor privado. In: GOMES, A. V. A.; BRITTO, T. F. (Org.). *Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas*. Brasília: Câmara dos Deputados; Senado Federal, 2015. p. 193-220. (Obras em parceria, n. 8).

TANNO, C. R. *Novo regime fiscal constante da PEC n° 241/2016: análise dos impactos no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. (Estudo Técnico, n. 24).

